

# ENTRE A CONTRADIÇÃO E O FUNCIONALISMO OU A CRISE DO CONCEITO CONTEXTUALIZADO DE AGRICULTURA FAMILIAR

## CONTRADICTION BETWEEN CRISIS AND FUNCTIONALISM OR CONTEXTUALIZED CONCEPT OF FAMILY FARMING

Exzolvildres Queiroz Neto<sup>1</sup>  
queiroz.neto@gmail.com

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco<sup>2</sup>  
sonia@feagri.unicamp.br

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a seguinte questão: o conceito de Agricultura Familiar caminha da contradição para o funcionalismo ou há uma crise de significado contextualizado? Este problema surgiu com a pesquisa, no espaço rural do município de Oliveira na mesorregião Centro Oeste de Minas Gerais, para a tese de doutorado defendida em dezembro de 2011. O conceito de Agricultura Familiar apresenta significados distintos ao considerarmos o contexto: a estrutura fundiária, as demandas das famílias, a inserção das políticas públicas, a visão de mundo a partir de um lugar e a influência de múltiplas escalas. A complexidade da organização sócio-espacial da terra, no Brasil, expõe as múltiplas dinâmicas culturais, sociais, políticas e ambientais a despeito da simplificação setorial e conceitual a partir de uma perspectiva econômica do espaço rural. O óbvio em tudo isso é a abordagem do rural como paisagem e não, necessariamente, como espaço. O espaço é um recurso único que desvela a complexidade das ações humanas. O espaço rural é uma forma-conteúdo complexa, mas relegada à noção de paisagem agrícola o que tende a simplificar a realidade de cada contexto.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural. Ruralidade. Espaço Rural. Políticas Públicas. Atores Sociais.

### Abstract

This article aims to analyze the question, the concept of Family Farming goes contradiction to functionalism or there is a crisis of meaning in context? This problem arose with research in rural areas in the municipality of Oliveira mesoregion Midwest Minas Gerais, for the doctoral thesis defended in December 2011. The concept of Family Farming has different meanings to consider the context: the agrarian structure, the demands of families, the inclusion of public policy, a worldview from a place and influence of multiple scales. The complexity of socio-spatial organization of land in Brazil exposes the multiple dynamic cultural, social, political and environmental sector despite the simplification conceptual and from an economic perspective the countryside. The obvious in all this is the approach of the rural landscape and not as necessarily as

---

space. Space is a unique resource that reveals the complexity of human actions. The countryside is a complex form-content, but relegated the notion of agricultural landscape which tends to simplify reality of each context.

**Keywords:** Rural Development. Rural Space. Public Policy. Rural Policy. Social Actors.

## 1. Introdução

O espaço, por ser uma construção humana, é um recurso único que demonstra as contradições dos processos, formas, escalas, conteúdos, sistemas, estruturas, funções, ações e reflexões. A paisagem por sua vez é o domínio das formas, não é inerte, nos diz muito sobre o espaço, mas não permite que as contradições sejam articuladas.

A despeito da influência da globalização, nos diversos setores da vida em sociedade, ocorre o afloramento de questões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais que confirmam a importância da escala dos lugares. Nesta escala é possível vislumbrar o entendimento da diversidade humana, do ambiente e da complexidade do rural brasileiro ou a compreensão de problemas em seus contextos. Sendo assim, podemos falar em diversas dimensões do espaço rural e desenvolver a compreensão sócio-espacial de uma realidade que denota certo avanço em termos de análise sócio-econômica e sócio-ambiental. Uma análise sócio-espacial possibilita inter-relacionar os processos e contemplar as articulações da configuração espacial, o espaço praticado pelos atores sociais e os significados socialmente produzidos.

O significado é uma construção; material, imaterial e simbólica; erigida pela empirização do tempo (da história) – o espaço. O significado, todavia, pode ser interposto pelas obviedades da paisagem e não se dar o devido valor. Pode ser, também, a construção da coisa significada onde passado e presente se amalgamam ao dar forma, conteúdo. Pode, ainda, ser o devir perante as múltiplas possibilidades da *práxis*. Pode, simplesmente, ser a imposição das contingências. Todavia, deve sempre ser uma construção social lastreada pelo tempo e o espaço.

O espaço como sistema é o resultado da articulação e interação dos múltiplos elementos, e de suas variáveis, das partes e do todo. A relação entre os elementos do espaço são qualitativas e o valor delas se manifesta a partir dos sistemas. Cada sistema é condicionado pelos processos, formas, conteúdos, estruturas, ações, funções que se

---

manifestam na escala do espaço em questão. Logo, cada ação é combinada com a ação de cada variável dos elementos do espaço. Assim, cada sistema e subsistema são formados por variáveis que apresentam condições próprias. As condições são definidas de acordo com o contexto de cada lugar e tem a ver com o seu momento histórico e o momento histórico do todo.

Os limites ou as possibilidades dos significados, entre eles o de Agricultura Familiar, se desnudam entre os mundos rurais do Brasil e seus múltiplos contextos. O que se constata, todavia, não é a ausência de significado nos contextos, mas a presença da diferença, da contradição e das análises funcionalistas. Dito de outra forma o rural de Oliveira, MG demonstra a diversidade da configuração espacial, as múltiplas expressões de ruralidade, e uma possível crise do significado contextualizado de Agricultura Familiar.

O trabalho será organizado a partir da metodologia empregada na pesquisa, em seguida ocorrerá um balizar debate teórico-metodológico de conceitos-chave: espaço, lugar, ação, racionalidade e escala. Imbricada, aos conceitos, a análise dos achados de pesquisas dará a estrutura do trabalho. Contudo, a análise não ocorrerá de forma linear o que permite a interconexão dos conceitos com o cerne da pesquisa, a análise sócio-espacial do uso da terra e do solo, e o conceito de Agricultura Familiar. O intuito do trabalho é uma reconstrução crítica e reflexiva do significado de Agricultura Familiar a partir de um contexto o que remete a uma constatação.

## **2. Aspectos da metodologia**

Tendo em vista o caráter interdisciplinar do trabalho, por isso mesmo, um desafio frente a escolha do método, mas vislumbrando um debate das contradições do espaço rural de Oliveira optamos pelo método dialético. Vale esclarecer a opção uma vez que a filigrana do trabalho é urdida pela perspectiva do espaço-tempo e da ação-reflexão dos atores sociais em relação ao rural. Para Lakatos (1991), no processo dialético, os fatos não são analisados na qualidade de objetos fixos, mas em fluxo, em movimento, pois, “o fim de um processo é sempre o começo de outro (p. 101).”

Elegemos a observação como técnica de coleta de dados para atingirmos as informações. Este processo foi importante para a estruturação da investigação científica,

na pesquisa de campo, através de um roteiro de entrevista não-estruturada que permitiu a liberdade de desenvolver cada situação, em mais de uma direção, conforme o andamento das entrevistas. O roteiro de entrevistas seguiu algumas diretrizes que deram suporte ao processo, mas que permitiram a adaptação às demandas que foram se descortinando. De acordo com Bardin (2009), as entrevistas são ricas em sua singularidade individual, mas apresentam uma seara tortuosa de digressões que devem ser trabalhadas articuladamente.

Outra técnica utilizada, e que rendeu bons frutos, foi a pesquisa documental. Os documentos acessados versavam sobre o levantamento desenvolvido, em várias comunidades rurais do município, pela Secretaria Municipal de Assistência Social no ano de 2009. Outra fonte documental importante foi o Plano Diretor Municipal (2006), que se encontra em processo de votação na Câmara Municipal, e possibilitou o acesso ao mapeamento recente do município permitindo, também, a confrontação das demandas das comunidades a partir de audiências públicas. Foram levantados dados e informações dos Censos Demográficos (1970, 2000 e 2010) e Censos Agropecuários (1996 e 2006) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Optamos, também, pelo método de sistematização e análise de conteúdo das informações primárias (diálogos, observações) e secundárias (Censos e Plano Diretor). Portanto, o esforço de interpretação caminhou pela interface da objetividade e subjetividade quanto aos elementos complexos que transpassam o diálogo e o espaço-tempo do rural de Oliveira. Conforme Bardin (*op. cit.*), o diálogo abrange desde as entrevistas, conversas, a comunicação não verbal e comportamentos diversos. O critério objetivo foi pautado pela análise dos diálogos dos entrevistados independentemente de categorias. Logo, cada entrevistado colaborou na formação de uma rede de entrevistas tendo como lastro, para o pesquisador, o problema de pesquisa.

### **3. O lugar, a escala, a ação e a racionalidade, o espaço rural: a empirização do tempo**

A especificidade do lugar pode ser entendida também como uma valorização específica (ligada ao lugar) de cada variável. Santos (1982) argumenta que, cada lugar (construído pela ação-reflexão) atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Logo em um mesmo lugar cada elemento está sempre variando de valor

porque, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – humanidade, rural, urbano, natureza, empresas, instituições, ambiente, Agricultura Familiar – entra em relação com os demais e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar. O valor representa a qualidade intrínseca de cada elemento, que não está nele próprio, mas permite analisar a representação quantitativa. Cada elemento do espaço pode adquirir novas qualidades, ao longo do tempo, o que incide sobre a quantidade. O valor de cada elemento é uma representação, da sua interação a partir de um sistema, que se manifesta em determinado contexto e surge a partir da articulação das diversas escalas.

De acordo com Santos (2002) a evolução de cada lugar ganha características próprias ainda que subordinadas ao movimento do todo, isto é, do conjunto dos lugares. A especificidade do lugar se acentua com a evolução própria das variáveis localizadas o que permite falar de um espaço concreto. Desse modo, se cada elemento do espaço guarda o mesmo nome seu conteúdo e sua significação estão sempre mudando. Assim, a questão não é de levar em conta casualidades, mas contextos. Ainda para o mesmo autor (1982) quando analisamos um dado espaço se cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração, pois, somente a inter-relação existente entre os elementos do espaço nos permite, realmente, conhecê-los e defini-los, pois, fatos isolados são abstrações, o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si.

Assim, os significados são construídos a partir de um contexto nas múltiplas escalas geográficas, mas é na escala do lugar que as contradições afloram. A dimensão espacial é importante para saber como, quando, onde e em qual proporção o lugar muda ou é influenciado pelas mudanças uma vez que o espaço é a empirização da dimensão do tempo, a história.

A escala geográfica permite a articulação das variáveis, fenômenos, eventos, pois, o conceito de espaço produz a possibilidade de dimensionar e inter-relacionar as formas, conteúdos, funções, ações, estruturas, sistemas e processos transparecendo, os significados, as relações qualitativas, e não somente quantitativas, de lugar, paisagem, território, região, de nacional, internacional e global não necessariamente nesta ordem. Por conseguinte, tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho é saber exatamente o que muda e como (CASTRO, 2006 e 2009). Não se trata, somente,

---

de uma medida de proporção dos processos, mas de uma medida dos espaços de pertinência dos processos das variáveis que se articulam no espaço e, por isso, deixam transparecer as qualidades do lugar sendo possível, também, quantificá-las.

O tempo dos fluxos autoriza o mesmo momento a partir de múltiplos lugares e todos os lugares a partir de um só deles. Santos (1982) chama a atenção para a enumeração das funções que cabem a cada um dos elementos do espaço e alerta que estes são intercambiáveis uns aos outros. Quanto maiores os processos de desenvolvimento histórico, por conseguinte, aumenta o intercâmbio devido à complexidade crescente em todos os níveis.

O espaço rural brasileiro se insere neste âmbito, na contemporaneidade, o que demanda da academia a construção de conceitos e teorias explicativas. As políticas públicas, muitas vezes, se valem de alguns conceitos, como o de Agricultor Familiar, e buscam atender à empirização do tempo. O processo de construção de uma política pública deveria ser a partir da perspectiva do conceito de lugar, verificando as múltiplas ações dos atores sociais, mas, mormente, se lastreia pela dimensão da paisagem, isto é, as relações superficiais. A partir deste escopo as análises se aprofundarão mais adiante.

Para Bakhtin (1992) o espaço das ações humanas é uma construção do diálogo e da busca de sentido em um contexto cultural que reflete, por suposto, nos arranjos locais das famílias de agricultores. Nestes contextos, a linguagem se desdobra em miríades de informações que devem ser contextualizadas para que o processo em rede funcione. Deste modo as ações dos atores sociais e as instituições criam significados, normas, regras e assim, ao mesmo tempo, se inventam e produzem suas realidades sociais (DOUGLAS, 1998).

A ação deve ser entendida a partir das considerações de Giddens (1987) onde a ação não se remete, somente, as intenções, mas à capacidade do ator social em fazê-las. Por ator social devem ser entendidos não apenas os indivíduos, mas comunidades, instituições públicas e privadas, empresas, organizações e associações. Trata-se, todavia, de ações racionais, mas não de uma única racionalidade, por exemplo, a instrumental econômica, mas de múltiplas racionalidades desempenhadas pelos atores sociais. Logo, são sujeitos capazes de tomar decisão em determinado contexto de um território

Uma dimensão fundamental para entender as ações humanas é o conceito de território. Contudo, não devemos tratar o território como um ator social. O território é construído e desconstruído a partir das ações dos atores sociais o que demanda uma correlação com o tempo; a história. O território, com seus recursos (sentido amplo), deve ser entendido fundamentalmente como a instância das relações de poder envolvendo os atores sociais e a possibilidade de múltiplas e simultâneas funções, lugares contíguos, dispersos e lugares em rede (SANTOS, 2002).

Por conseguinte, a territorialidade é a manifestação das assimetrias geradas pelas relações de poder. Neste sentido, o território envolve uma noção de escala e deve ser compreendido a partir das inter-relações que ocorrem no espaço. O território é a soma e a representação das diversas funções, conteúdos, formas, processos, estruturas sistemas e ações que se engendram no espaço, no lugar. Isto quer dizer que não devemos categorizar algumas ações como irracionais, pois, como alega Veiga (2005, p. 47) “não podemos mesmo dizer que uma acção de um actor é irracional, mas apenas que ele poderia ter agido de outra forma se dispusesse de outras informações, outros meios e circunstâncias exteriores.” Ainda segundo o autor a parte que “não depende do ator social” ou que não está sob o seu “controle” remete ao conceito de estrutura.”

O Cogito de Descartes (a despeito da sua importância) impregnou as ações ocidentais e resultou na construção (processos, formas, funções, conteúdos, sistemas, estruturas, escalas) do mundo, portanto do próprio espaço, na modernidade. A razão de mundo, objetividade e lógica, centrada no reducionismo. Assim, a tecnocracia (a visão de mundo do *expert*) torna-se, naturalmente, a corrente predominante e necessária ao ser enredada pela retórica da eficiência, da inovação, da rentabilidade, o mesmo discurso da corrente predominante sobre planejamento, gestão e desenvolvimento. Surgem, assim, as ações contingenciais que remetem à resolução de um problema de cada vez, isto é, o reducionismo do problema as suas causas.

Logo, o resultado é um paradoxo do enfrentamento do método e da própria realidade o olhar cartesiano que temos para o mundo e não entendemos a inaptidão para explicar a complexidade. Vinculando, especificamente, à temática do trabalho é nesta inaptidão e no temor da incerteza que opera, paradoxalmente, o agronegócio, o mercado de terras e as políticas públicas para o espaço rural no Brasil. São amparados pelo discurso da eficiência, do desenvolvimento, ainda, do progresso. Vinculam-se, também,

---

à desconfiança de por em dúvida o avanço deste arquétipo. Construiu-se a confiança, ao negar-se a incerteza, a partir do paradoxo de sermos cartesianos.

Para Le Moigne (1996, p. 45).

O preceito *reducionista* está muito mais solidamente enraizado: a análise, essa decomposição em *tantas parcelas quanto possível*, tornou-se sinônimo de método. Desde há muito tempo que Leibniz tentou em vão chamar a nossa atenção: *esta regra de Descartes tem tão pouca utilidade, e a arte de dividir... continua inexplicada. Ao dividir o problema em parte inapropriadas, pode aumentar-se a dificuldade*. P. Valéry estigmatiza em vão esse vício que consistem em tomar a parte pelo todo. Só a análise parece dever ser a chave do conhecimento.

Assim, a imposição da racionalidade instrumental econômica sobre o espaço rural capturou para si o tempo, a história – a empirização. Da racionalidade instrumental surgiram os ditames da lógica do desenvolvimento que impõe a estrutura mais que os processos, a forma mais que o conteúdo, a função mais que a ação e relega a escala à dimensão do alcance da produção. A racionalidade instrumental se baseia no princípio da causalidade. O mundo dotado de uma estrutura que se organiza a partir das leis de causa-efeito uma ordem inexorável. Para Le Moigne (*op. cit.*, p. 48) “[...] se desenvolveu uma extraordinária assimilação: ser-se racional é comportar-se em conformidade com leis já identificadas ou levantar a hipótese de que existem leis na natureza e considerar a razão como sua identificação.” Surgem, nos contextos, alternativas, o que designamos de racionalidades simbólicas, à imposição da racionalidade instrumental o que permite vislumbrar a contradição, o risco da desconstrução das certezas forjadas. Mas o que vem a ser a racionalidade simbólica do contexto?

A racionalidade simbólica trata das relações para além do causalismo. Enquanto a racionalidade instrumental trata do reducionismo a racionalidade simbólica dos contextos, da vida cotidiana, exprime-se por signos e representações e não por meio de leis, por modelização da realidade e não por modelos. Em Giddens (*op. cit.*) o termo estrutura ou estrutural define-se como: uma inter-relação de regras (normas, significados) e recursos (alocação e autoridade) inseridos na reprodução social. As estruturas são conjuntos de regras e recursos isoláveis no espaço-tempo de cada sistema social, as práticas sociais. Conforme Milton Santos (1982) se os espaços são sistemas eles são também estruturas. O espaço é um sistema complexo. O autor (p. 27) assevera



que,

Talvez não seja demais insistir no fato de que cada estrutura evolui quando o espaço total evolui e que a evolução de cada estrutura em particular afeta a da totalidade. Uma estrutura, segundo François Perroux, se define por uma “rede de relações, uma série de proporções entre fluxos e estoques de unidades elementares e de combinações significativas dessas unidades (1969, pág. 371).” Isso põe em evidência a noção de desigualdade de volume ou de desigualdade de força funcional de cada elemento. Em outras palavras, uma diferença na capacidade de criar estoques e de criar fluxos. Tais desigualdades no interior da estrutura, sem mesmo obrigatoriamente supor as noções de hierarquia e de dominação, criam condições dialéticas como um princípio de mudança.

Ressaltamos a importância dos processos lingüísticos que interligam os fluxos, de significados e de diálogos, aos participantes do sistema. Logo, ações descontextualizadas dos agentes públicos e privados, por exemplo, não produzem a sinergia necessária para romper a inércia do desenvolvimento ou da transformação de uma realidade o que pode ser entendida como a dimensão do desenvolvimento que se pretende.

Mattei (2006) afirma que uma análise da articulação entre o espacial, o sócio-econômico e o ambiental revela alguns elementos importantes das novas funções do espaço rural e dos referenciais ambientais. Essa articulação ocorre, por um lado, pela forma e intensidade de uso da terra (variável espacial) e por outro pelas práticas sociais econômicas e culturais das populações (variável socioeconômica e que também é espacial). É pertinente salientar que, o espaço rural não é mais sinônimo de agrícola, haja vista a multifuncionalidade espacial e a pluriatividade econômica (KAGEYAMA, 1990; VEIGA, 2002).

Neste escopo é comum subsumir armadilhas conceituais e de ações com vistas a minimizar as contradições e o reconhecimento de concepções antagônicas. Alegamos que há uma tendência de se trabalhar em uma perspectiva pseudo-espacializada, isto é, o espaço como continente uma forma sem conteúdo, socialmente produzido, a partir de simples reflexões das relações sociais baseadas em elementos desconectados entre si. Muito diferente de uma análise sócio-espacial que considera a produção social do espaço e todas as variáveis que advém deste processo, pois, a empirização do tempo é a historização da *práxis*, o espaço em sua totalidade.

Portanto, compreender o lugar consiste em se ter certa familiaridade com o presente: a configuração espacial. Consiste em apreciar os limites, as possibilidades e a sua historicidade. Para Pietrafesa (1999) o sistema do lugar, na Agricultura Familiar, é uma construção que advém da razão prática como, também, de uma intersecção entre a construção simbólica, a construção histórica e a lógica em processo. O sistema do lugar é um espaço vivido uma experiência contínua. De acordo com Santos (1982, p. 26) “cada sistema funciona em relação ao sistema maior como um elemento, enquanto ele próprio é, em si mesmo, um sistema.”

Por conseguinte, as pessoas não são objetos neutros em suas comunidades e espaços (territórios, paisagens), mas produzem ação-reflexão, forma, conteúdo, processo, estrutura, sistema, função a partir da cultura e da inter-relação tal qual um caleidoscópio. Onde o trabalho é o elemento de amálgama a partir da genealogia e a família é a dinâmica do processo e a detentora da memória social. A família faz, por sua vez, a gestão das práticas cotidianas combinando-as em um conjunto do tempo: historicidade de sentimentos, ações, perspectivas, contradições, conflitos, vicissitudes, estratégias, *práxis* em um determinado espaço rural.

#### **4. Novas velhas questões do rural brasileiro**

No Brasil importantes questões, continuam em debate, pois, são “camaleônicas” se mimetizam pelos discursos anacrônicos de cada época. A reforma agrária ainda enredada pelo graal da busca pela propriedade da terra em si. A “construção” de um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura o que pode dar a conotação de modismo, como os orgânicos, envolvendo certa idealização de um retorno à natureza. A (re)valorização das racionalidades e modos de vida “tradicionais” muitas vezes considerando, meramente, os aspectos da paisagem o que pode gerar rótulos entre eles o de agricultor familiar. O debate mais óbvio é o do crescimento da participação do agronegócio (vinculado ao discurso da eficiência) na economia brasileira. Voltamos, em pleno século XXI, ao modelo primário-exportador? Que grande avanço!

O processo econômico brasileiro, voltado para a acumulação muitas vezes subsidiada pelo Estado, não desencadeou investimentos sócio-espaciais no rural a não ser no que se refere à paisagem rural: a prática agrícola e pecuária. Entretanto, o sistema

---

agrário de uma região é um “caleidoscópio” de uso da terra, sistemas de interações de vários processos de desenvolvimento.

Neste sentido, ocorreu o distanciamento do espaço rural (múltiplas racionalidades e contextos diversificados) a partir da manutenção da estrutura fundiária concentradora e da retórica da modernização da agricultura. O rural valorizado como paisagem voltada para a acumulação com base no processo de inserção a uma cadeia produtiva acoplada e o velho discurso desenvolvimentista (agregando a sustentabilidade).

O desenvolvimento é um conceito importante, mas ao mesmo tempo contraditório, fugidio, volátil. Assim, delimitamos o termo na perspectiva da mudança, da transformação da realidade pelos atores sociais a partir de um contexto inserido nas múltiplas escalas. Por outro lado o conceito de desenvolvimento pode interpor uma noção de juízo de valor em termos de transformações, concepções desejáveis, vocações, avaliação do passado, controle do presente e injeção de uma agenda para o futuro.

A análise do desenvolvimento para Veiga (2005, p. 67) realça “[...] a articulação entre instituições e organizações (interacção entre actores) ligadas às práticas de desenvolvimento, como política pública [...]”. Todavia, o desenvolvimento não deve ser tomado isoladamente, uma proposição de mudança e de transformação social, mas através de múltiplas variáveis de um território. O que remete a ter cautela com o conceito de desenvolvimento, em relação ao espaço rural, ao depararmos com a dicotomia endógeno-exógeno. Assim, de acordo com Veiga (*op. cit.*) desde os anos de 1950 com mais intensidade até os anos de 1970, mas acreditamos que no caso brasileiro até a contemporaneidade,

o diagnóstico era claro, os problemas de desenvolvimento rural (o rural praticamente reduzido ao agrícola) ou de desenvolvimento regional, reduziam-se a problemas de marginalidade entendida com frequência em termos geográficos como sinônimos de zonas periféricas ou remotas (p. 70).

Procuramos, neste trabalho, alternativas de análise para além da conotação destas considerações sobre o desenvolvimento. Logo, o termo endógeno pode ser importante quando, surgem as variáveis relacionadas a cada lugar. Contudo, a intenção é afastarmos das abordagens dicotômicas do desenvolvimento uma vez que, tais condicionantes, impedem uma análise integrada e multiescalar dos eventos. Veiga (*op.*

---

*cit.*, p. 84) assevera que “as abordagens mais recentes contestam as posições parcelares criadas à volta dos dualismos teóricos, exógeno/endógeno, social/natural, por estas favorecerem uma polaridade artificial [...]”

Como demanda de inserção no escopo de políticas públicas territoriais o termo Agricultura Familiar ganha objetividade ao ser referendado pela academia e pelo Estado ao enredar-se à noção de desenvolvimento endógeno (local). A despeito do uso e emprego do termo ao longo do tempo, especialmente a partir dos anos de 1990 no Brasil e da apropriação cotidiana, há instâncias para algumas indagações. A aceitação e a objetividade não redimem a complexidade dos mundos rurais nos diversos contextos brasileiros mesmo ao admitirmos a perspectiva de uma agenda “alternativa” às demandas do agronegócio econômico-instrumental.

Pressupondo que a ruralidade se configura a partir de uma (re)composição sócio-espacial do espaço rural, contendo aí o ambiente e as práticas cotidianas, devemos sublinhar a simplificação do discurso político sobre a ruralidade, o regionalismo, a urbanização. A ruralidade faz parte de uma problemática mais ampla com nuances variadas de componentes sociais, econômicos, culturais e ambientais. Do urbano-rural emerge uma ruralidade plural que, demanda uma transformação do discurso social e político ou, mesmo, uma mudança do paradigma interpretativo dominante sobre a dinâmica rural.

É necessária uma evolução teórico-metodológica para a compreensão das mudanças e transformações do espaço rural em sua ruralidade que muda, mas que perdura nas análises de Jean (2002). Logo a ruralidade é um contexto sócio-espacial importante para o entendimento do espaço rural. Nesta abordagem sobre o espaço rural a economia rural deve ser compreendida como o dínamo das mudanças do modo de produção e como um entre os diversos elementos do arcabouço do desenvolvimento não desconsiderando a economia do cotidiano, dos contextos.

A economia rural ao ser considerada a partir de uma cadeia produtiva capitalista envolve, por suposto, paradigmas tecnológicos-econômicos-científicos. Contudo, essa “nova função” da economia rural não demonstra a totalidade do espaço rural brasileiro, principalmente, as formas de organização sócio-espacial da terra. Assim, para Kageyama (2008, p. 27) “a essência da noção de rural é territorial ou espacial, não

---

podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto *locus* de transações mercantis específicas.”

Uma dimensão fundamental para entendermos as ações humanas é o conceito de território. Contudo, não devemos tratar o território como um ator social. O território é construído e desconstruído a partir das ações dos atores sociais o que demanda uma correlação com o tempo; a história. O território, com seus recursos (sentido amplo), deve ser entendido, fundamentalmente, como a instância das relações de poder envolvendo os atores sociais, isto é, a possibilidade de múltiplas e simultâneas funções de lugares contíguos, dispersos e lugares em rede (SANTOS, 2002 e 1997). É sabido que ocorre no Brasil, em termos de planejamento e de ações do Estado, a utilização do território para a implementação de políticas públicas voltadas para o rural e perspectivas de análises regionais, mas que nem sempre consideram as territorialidades. A territorialidade, por sua vez, é a manifestação das assimetrias geradas pelas relações de poder. Portanto, o território é a soma e a representação das diversas funções, conteúdos, formas, processos, escalas, sistemas, estruturas e ações que se engendram no espaço; no lugar.

Por conseguinte, como admitir uma perspectiva da realidade libertando-se de cargas ideológicas posto que a realidade está inserida em um contexto social, cultural, político, econômico, ético, moral e ambiental? De que modo? Apesar da hegemonia construída acerca da expressão Agricultura Familiar (em sua diversidade) é possível construir significados a partir do contato do sujeito (pesquisador, extensionista, planejador) e objeto, em grande medida, viabilizado pela construção de conceitos lastreados pelo lugar, a permeabilidade da escala e o território?

Assim, ao utilizarmos o contexto nacional a partir das políticas públicas federais, que objetivam o espaço rural, é possível uma conversão da escala como elemento de entendimento da diversidade. Por outro lado, a concepção a priori de lugar, Agricultura Familiar, desenvolvimento, território e sustentabilidade pode ser a imposição de falsos problemas. A agenda do debate político tende a subestimar a diversidade e a complexidade dos lugares o que, inadvertidamente, pode gerar “não-espacos” ao longo de territórios inauditos e “fronteiras-liminares.”

## 5. Agricultura familiar: entre o significado, a objetividade e a fronteira conceitual

A ação-reflexão sobre a realidade deve ser dialética e vai além das constatações técnicas e econômicas. O espaço rural é a interface de mundos na modernidade. É o esconderijo da faixa, da zona, do espaço de transição, do limite da fronteira desde a política oficial à produção intelectual, as concepções dos movimentos sociais e a *práxis* de cada lugar. Por isso, classificar os espaços como sendo de Agricultura Familiar é expandir os domínios, um ato de subversão de poderes, mas, também, pode ser a inserção em uma camisa de força conceitual e de políticas públicas.

No caso do município de Oliveira, MG o que se designa como Agricultura Familiar é a transição entre propriedades, estruturas fundiárias, a interface, com toda plasticidade de mistura, nesse caso estaria se insinuando como opção de poder para muito além das linhas ou dos contornos que representa. Um poder, na atual dimensão das políticas para o espaço rural, que não se manifesta de forma a envolver os atores sociais mesmo que o elenco das políticas públicas busque mostrar o contrário.

Neste ponto é preciso esclarecer que o termo Agricultura Familiar contextualizado pelas múltiplas variáveis de regime agrário e fundiário, a cultura, o ambiente, a política e a economia é paradoxalmente limitado e, concomitantemente, expande os limites. A interface da Agricultura Familiar, em uma economia capitalista, deveria deixar para trás o seu símbolo (de categoria) sinal impreciso ou insuficiente: o limite, a linha de contorno, as características, as contingências e buscar nas possibilidades da fronteira o seu significado real de miscigenação, de interpenetração e conceito fugaz.

Logo, a interface da Agricultura Familiar (uma dimensão territorial) não tem em seu ensejo a precisão (objetividade), mas as múltiplas dimensões de contextos. Para tal movimento é possível cunhar a expressão “fronteira-liminar” significando a possível configuração espacial de um determinado conceito. A “fronteira-liminar” não deve ser considerada linha, limite, demarcação de jurisdição, mesmo que conceitual, mas possibilidades. Tal fronteira traz em seu ensejo as possibilidades do espaço: o lugar, o território, a paisagem como elementos de configuração e transição.

Ocorrem na “fronteira-liminar” zonas de penumbra ao se vislumbrar o significado do termo Agricultura Familiar e o contexto. Surge no rural de Oliveira um ator social que, em termos de extensão do terreno até a faixa de 50 hectares (ha) visto

como um fator de diferenciação no regime fundiário, pode ser considerado um produtor rural (conceito mais difundido na comunidade rural entrevistada) na “fronteira-liminar.” Não é “grande” o suficiente para enfrentar o protocolo bancário para acesso ao crédito e nem “pequeno” para enquadrar-se no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Este ator social, em uma perspectiva familiar, é o cidadão da “fronteira-liminar” que se insere no território, para além de uma perspectiva fundiária, mas está à margem de uma visão oficial, e às vezes acadêmica, sobre os múltiplos significados de Agricultura Familiar a despeito das tentativas bem sucedidas.

O rural construído na perspectiva das famílias de agricultores é uma interface – “fronteira-liminar” – entre espaços onde ocorre uma atividade constante sob forma de trocas dialéticas. Entretanto, o espaço de trocas pode tornar-se comutação, uma separação que se transforma em passagem obrigatória, fluxos de atividades constantes, atividades de trocas incessantes de movimentos complexos que pode aprofundar a inércia da funcionalidade dos processos no âmbito do território. Há agricultores familiares que se encontram na “fronteira-liminar” entre as possibilidades do seu território e os arranjos econômicos e políticos das múltiplas escalas.

Assim, no conjunto de agricultores familiares do município de Oliveira há certa “resistência” ou descontextualização do significado do termo Agricultura Familiar. O território da Agricultura Familiar na escala dos lugares interpõe perguntas fundamentais como o infinito das possibilidades e indefinidas como o desconhecido. As perguntas sem respostas que representam a inserção da encruzilhada de fluxos, da dúvida, da indecisão, sugerem a manutenção da crise funcionalista-instrumental da modernidade posta pelo questionamento dos “conceitos clássicos” inserindo entre eles o de Agricultura Familiar (?), por exemplo, em sua multiplicidade diversificada. O curioso é que ao se auto-identificar muitos agricultores familiares se apresentam como “pequenos produtores” mais um clássico conceito lastreado pelas políticas agrícolas funcionalistas e instrumentais. Como categoria de análise as famílias entrevistadas, para a pesquisa, foram consideradas como agricultores familiares, mas esta visão é externa, é a percepção de quem vê de fora e, portanto, carregada de valores subjetivos e objetivos a partir da construção epistemológica de conceitos e teorias.

A concepção de interface do conceito de Agricultura Familiar ao designar a noção de limite conceitual, que rebate no território, implica compreender a linha como simulação,

simulacro ou camuflagem. A transição entre propriedades, no espaço rural de Oliveira a “fronteira-liminar”, é a interface de mundos rurais em sua plasticidade de organização social de mistura, neste caso, estaria se insinuando como opção de poder para muito além das linhas ou dos contornos que representa. A interface do território do agricultor familiar não se caracteriza pela objetividade, mas pelas possibilidades do contexto.

Ora, onde reside o problema? O problema encontra lastro na própria concepção de regime fundiário e de território, via políticas públicas, a partir de uma territorialidade centralizada e não contextualizada. O óbvio é que, normalmente, se trabalha (políticas públicas, academia, organizações públicas e privadas) com a dimensão de paisagem, isto é, com a forma: propriedade, produção, modo de vida. Devemos mencionar função o que, aparentemente, conduz à diversidade da contradição, mas é enredada pela busca da especificidade funcional. São como fotografias de um ensaio sobre a estética do rural – o congelamento do espaço a partir da visão de mundo alienígena ao rural. O que recrudescer ainda mais os processos, as ações, as funções, a estrutura, o sistema, o conteúdo e a própria forma quando se observa a dimensão inter-regional brasileira.

Os diálogos a partir de respostas ambíguas sugeririam uma crise de significados do rural entre eles o de Agricultura Familiar? Crise frente ao significado que escapa quando, confrontado com a realidade? Crise da aparência territorial que revela uma “transparência escondida”; recônditos da imposição de uma lógica supra-escalar de pensar o espaço rural e a ruralidade?

Reforçando o argumento: se podemos falar de crise, seria a de significado da Agricultura Familiar no âmbito do próprio significado de rural? Seria a crise de referências contextualizadas ou descontextualizadas? Então, o território rural formalizado administrativamente, na escala municipal, não é um mundo homogêneo, mas a totalidade de fronteiras de diversas origens.

O que faz lembrar Baudrillard (1991) ao analisar a fábula de Borges sobre um dado império onde os cartógrafos desenhavam, minuciosamente, o mapa que acabava por encobrir o próprio território. Qual a relação? No Brasil o planejamento de políticas públicas territoriais designando, por exemplo, o que é Agricultura Familiar (a ideologização de um conceito?) em várias instâncias de políticas públicas antecede o próprio território através de uma miríade de legislações e normas que suplantam o



plano. Assim, o planejamento é relegado ao esquecimento em prol das normas que, na maioria dos casos, não encontra abrigo na realidade.

É preciso chamar a atenção para a importância do papel do Estado e a sua possível omissão quanto à dimensão espacial. De fato a tensão entre público (coletivo) e privado parece ser, momentaneamente, resolvida quando o cidadão vislumbra a propriedade (lote, terreno, isto é, a terra) como uma forma de fazer parte da cidadania. Destarte, o acesso ao espaço se faz via propriedade o que poderia explicar a “omissão” do Estado, por um lado, e a “lógica da desordem” a partir dos interesses do capital imobiliário no espaço urbano e da lógica da renda da terra vinculada à estrutura fundiária no espaço rural. Não há, portanto, uma dialética da *práxis* espacial.

A questão abrange as ações da sociedade, por um lado, os modelos teóricos por outro e a coordenação por parte do Estado entre o público e o privado. Há sem embargo a questão de escala: uma tensão entre a escala microssocial (cotidiana) e a macrossocial (aspectos econômicos e interesses globalizantes). Em meio a esta complexidade dinâmica surge a figura do “*expert*” que atua como um tomador de decisão das políticas públicas distante da realidade, mas amparado por modelos. Assim, surge uma questão aterradora, caminhamos da contradição ao funcionalismo?

O Estado, como sujeito da ação, predispõe o espaço à dimensão do planejamento, do controle, da integração e deveria aplacar as contradições de um sistema capitalista que barganha o acesso à utilização do espaço rural no Brasil em pleno século XXI. O Estado é objeto ao ser maleável à lógica econômica?

Em termos territoriais o Estado, principalmente, na escala municipal passa a ser refém do “dinamismo” da economia capitalista, especialmente, da renda da terra (do solo) nas áreas periurbanas com o avanço da urbanização. Portanto, um valor de uso complexo onde cada parte articula um sistema espacial. Assim, o Estado, na escala municipal, deveria agir como elemento amálgama na busca por aplacar as desigualdades. O problema é que as políticas sociais visando aplacar as desigualdades brasileiras, principalmente da renda, ao fazer criam obstáculos para a formação dos efeitos úteis da aglomeração o que gera, desta feita, um processo cego da concentração dos estímulos em parcelas da população.

No âmbito do território brasileiro há uma valorização das coisas à custa da desvalorização das pessoas, portanto, a imposição da acumulação de capital conduz ao

esvaziamento de sentido histórico. Esta constatação abrange tanto o espaço rural, quanto o urbano no caso brasileiro. Assim, à medida que a acumulação se sobrepõe aos interesses da sociedade entendendo que entre eles se encontra a política, o Estado e mesmo as instituições a própria sociedade não reconhece a totalidade dos elementos do espaço rural.

Por conseguinte, o município se transforma em uma dimensão importante para a pesquisa uma vez que, permite a análise inter-relacionada das diversas variáveis. Castro (2009) chama a atenção para a importância da pesquisa na escala municipal, pois, através do município é possível analisar as diferenças territoriais e sociais do país; “[...] a disponibilidade e o uso dos espaços públicos nos municípios podem nos revelar muitos traços e características da própria sociedade brasileira e as condições por ela escolhidas no processo de organização do seu território (p. 136).” O território municipal abrangendo o espaço rural, em particular seus atores sociais e seus elementos, é dinâmico ao longo do tempo. Assim, os significados e eventos produzidos são transitórios, efêmeros e duradouros o que incita a ir além das abstrações sobre os lugares e seus atores sociais e arenas de diálogos.

Devemos chamar a atenção para as duas vertentes predominantes sobre o espaço rural da Agricultura Familiar: 1) culturalista e 2) progressista/racionalista sendo esta a que tem mais repercussão no caso brasileiro principalmente no que tange a viabilidade econômica da Agricultura Familiar produtora de alimentos e integrada à cadeia produtiva capitalista.

No Brasil é possível que a análise sócio-espacial seja substituída pela imposição da ideia de progresso o que, teoricamente, justificaria a prática de planejamento e gestão descontextualizada do uso dos bens e recursos do território, portanto, sem a *práxis*.

## **6. Decidir em meio às contradições: o dilema dos atores sociais no uso dos recursos no espaço rural**

A partir das considerações e pressupondo um conjunto de terrenos, de famílias de agricultores no município de Oliveira em Minas Gerais, cada um compreendendo uma pequena parcela de área disponível para uso da terra: cada agricultor deve decidir como usar essas áreas (a questão da escala é, também, fundamental nesse contexto). Assim, em parte, cada uma de suas decisões reflete suas opções de trabalho mais gerais e os usos que eles fazem das informações e conhecimentos (influências internas e

externas), em função de um “mercado”, a satisfação do bem-estar familiar e social, das questões ambientais, além das decisões de outros agricultores em relação as suas áreas e das influências das políticas públicas.

Johnston (1986) afirma que a maneira pela qual os atores sociais (pesquisadores, extensionistas, agências de fomento, instituições públicas, privadas e agricultores) percebem os “problemas” e os “recursos”, dos seus territórios, desempenha um papel significativo em suas decisões como também no que se refere ao gerenciamento desses recursos e da tomada de decisão. Portanto as ações dos atores sociais podem, potencialmente, afetar os resultados.

As ações podem ser aleatórias ou não e influenciarem o resultado final ou intermediário. Para um ator social tomar a decisão é fundamental um quadro, do conjunto de informações disponíveis, sobre as transformações e as posições dos participantes em cada processo. Buscando considerar como os tomadores de decisão irão se comportar as suas estratégias devem contemplar, pelo menos, quatro variáveis:

- 1) As preferências dos atores sociais nas ações e potenciais resultados.
- 2) Como os atores sociais se capacitam no processo, suas contingências, conhecimento e utilização das informações em um determinado contexto.
- 3) Critérios utilizados pelos atores sociais para decidir sobre um determinado curso da ação.
- 4) Os processos, formas, conteúdos, funções, sistemas, estruturas, ações, variáveis e recursos que conduzem o ator social a uma determinada situação.
- 5) Como se processa a tomada de decisão.

Considerando que os atores sociais apresentam comportamento racional (racionalidade instrumental e racionalidade simbólica cotidiana), na organização de suas preferências e que as ações produzem complexidade, é impossível para qualquer tomador de decisão (instituições públicas e privadas) deter todas as informações.

Neste sentido, a sedimentação de parâmetros acerca do conceito de Agricultura Familiar, ao mesmo tempo em que permite avançar nas políticas públicas, cria externalidades aos contextos das regiões brasileiras. Isto quer dizer que nos diversos níveis de Estado: municipal, estadual e federal os recortes territoriais elaborados por projetos e programas podem comprometer a integração dos atores sociais. Logo, quando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o sistema de extensão rural, as pesquisas acadêmicas, os diversos órgãos públicos municipais, estaduais e federais estabelecem ações e projetos há um grande risco de uma visão fragmentada do território. O problema talvez seja metodológico por um lado e de concepção de mundo a partir da modernidade (pensamento cartesiano ocidental). De fato é praticamente impossível criar projetos específicos para cada escala e interconectá-los a partir dos múltiplos referenciais, mas o atual estado da arte das políticas públicas para o rural da Agricultura Familiar carece, pelo menos, de um debate mais amplo para além das concepções de renda, por exemplo.

Partindo, então, do pressuposto que os atores sociais fazem escolhas racionais, mas a partir de um contexto, é possível estabelecer quatro pressupostos de como os atores sociais percebem o seu território e os problemas.

- 1) Os atores sociais são racionais quando tomam decisões. Esta consideração pode ser prescritiva ou descritiva.
- 2) Os atores sociais fazem escolhas dentro de um contexto, a propósito do território. Estas escolhas podem ser do tipo: aleatória, trivial ou reflexiva. Estas ações podem conduzir a comportamentos e respostas estereotipadas.
- 3) As escolhas são feitas com base no conhecimento (saberes locais, pesquisas, censos, índices, informações oficiais e extra-oficiais). Somente, em situações excepcionais pode um tomador de decisão assimilar e interpretar todas as informações de um ambiente.
- 4) A informação é avaliada de acordo com critérios preestabelecidos. As escolhas habituais são estabelecidas a partir de referenciais anteriores, mas as refletidas ocorrem a partir da ponderação das informações de um contexto e das variáveis sócio-espaciais e sócio-ambientais.

Estes pressupostos nos conduzem à necessidade da ação comunicativa, em Habermas (1981), e da avaliação institucional do ambiente, pois, requer que o tomador de decisão disponha de um conjunto de informações e variáveis para agir. Contudo, não é possível a um único tomador de decisão evitar ações subótimas no uso da terra, dos bens e recursos de um território.

A composição do espaço cotidiano da ação e dos atores pode ser configurada a partir de Ostrom *et al.* (1990):

1) Ação: a) Participação nos processos e decisões; b) posições diversas; c) ações à luz das informações; d) inter-relações potenciais; e) custos e benefícios das ações.

2) Atores sociais: a) preferências; b) capacidade de processar informações; c) seleção criteriosa; d) recursos.

Talvez um dos problemas na análise dos recursos (sentido amplo), em um determinado contexto territorial, seja a capacidade de entender a contabilidade do uso de um recurso, isto é, a apropriação eficiente exige soluções para o melhor momento e local.

O espaço é um sistema aberto e sensível aos fluxos (circulação, comunicação, informação, comercialização) o que nos conduz ao conceito de externalidade: a interdependência entre os sistemas e subsistemas. As externalidades produzem efeitos complementares e substitutos. Os efeitos complementares podem ser vislumbrados positivamente e os substitutos podem exercer, temporariamente, a função de um efeito complementar gerando a entropia do sistema. Portanto, a externalidade deve ser devidamente contabilizada ou pode gerar uma alocação sub-ótima.

Deve ser ressaltado, por conseguinte, que não há uma distribuição homogênea dos recursos e bens. Assim, surge a relação entre a disponibilidade e potencial de uso em relação aos bens e recursos comuns o que produz, pelo menos, duas condições que levam a um dilema na utilização desses bens e recursos do território conforme Ostrom *et. al.* (*op. cit.*):

1) Condição sub-ótima: as estratégias dos apropriadores relacionam-se a configuração física do sistema, tecnologia, regras, condições de mercado e atribuições dos apropriadores.

2) Condições alternativas institucionais:

a) Estratégias – incluem a produção, investimento, governança e custos de transação.

b) Regras – o necessário consenso (em meio às contradições) para as mudanças.

Assim, para a autora, que tipos de variáveis institucionais e físicas podem afetar a probabilidade de sucesso na resolução dos dilemas no uso de bens e recursos no território?

Logo, o que ajuda na resolução de problemas é a combinação de diversos fatores: ambiente, cultura, conjunto de regras, política, economia, movimentos sociais. Todavia, a possibilidade de avaliar a realidade (configuração espacial) é momentânea em um contexto sócio-espacial dinâmico e mutável. Por vezes, pode ocorrer uma leitura territorial incompleta. Por isso, a interface sócio-espacial, sócio-econômica e sócio-

ambiental pode gerar subsídios para o planejamento e gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Há certo equívoco em relação ao espaço rural quando se vincula a dimensão da tecnologia, o domínio do “conhecimento formal”, com vistas à produção econômica e o contexto de uma comunidade rural de agricultores familiares. O equívoco se configura da seguinte forma:

- a) Problema de linguagem – pensamento – estrutura do que se prescreve e as alternativas, viabilidades técnicas e econômicas de quem é percebido como receptor.
- b) Momento histórico havendo ou não transformações da estrutura, dos processos, das formas, conteúdos, funções, reflexões e ações. O momento histórico é, concomitantemente, um momento espacial, pois, há inter-relações dos fatores da realidade.
- c) Cultura – antagonismos entre a cultura técnico-científica e a cultura cotidiana e contextualizada do espaço rural.
- d) Níveis de percepção das inter-relações dos fatos e eventos no espaço.

O conceito de Agricultura Familiar é o resultado das interações entre os diversos elementos do espaço a partir dos contextos. Na medida em que a função – agricultor familiar – é ação, a interação supõe interdependência entre os elementos. Através do estudo das interações (e suas escalas) recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo, pois, cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo sócio-espacial.

## 7. Considerações finais

O espaço é um recurso único e sua disponibilidade ocorre por um processo de vivência e nenhuma atividade humana pode ser realizada sem a sua apropriação permanente ou temporária.

O espaço rural, por exemplo, constitui-se em uma forma-conteúdo complexa objeto de uso herdado do passado, portanto de forma durável, que reúne visões de mundo, elementos simbólicos, materiais e imateriais, força de trabalho, consumidores, saberes, cultura, normas, contradições, conflitos, contrastes, lógicas, instituições, natureza, atores sociais, entre outros, em configurações espaciais diferenciadas, ora fragmentadas, complementares, dinâmicas, adensadas, dispersas, difusas.

Assim, a conceituação teórica e as políticas públicas devem ser lastreadas pelo contexto. Logo, o conceito de lugar se torna fundamental, nesta análise, mas é necessário ressaltar que, o processo que explica o lugar faz sentido em conexão com as diversas escalas e suas variáveis. Não é possível explicar o lugar por ele mesmo, mas pelas inter-relações, assim reconhecermos as contradições e distanciarmos do funcionalismo no que concerne o conceito de Agricultura Familiar.

Alegamos, portanto, que na escala do lugar é possível encontrar a solução para diversos problemas a partir do conhecimento, dos conflitos, das contradições e das ações sustentáveis. É fundamental compreender o espaço rural na perspectiva, do ambiente, da organização sócio-espacial da terra, das lógicas e ações, de suas estruturas, das práticas, das atividades agrícolas e não-agrícolas, do planejamento e da gestão do espaço rural no município devido a importância de agricultores e não-agricultores como agentes de preservação ambiental e de dinamização sócio-econômica municipal e regional.

## Notas

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Doutor em Engenharia Agrícola: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável FEAGRI/UNICAMP. Pesquisa desenvolvida com a bolsa de doutorado do CNPq. Doutorando em Geografia: Organização do Espaço IGC/UFGM.

<sup>2</sup> Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI/UNICAMP.

## 8. Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulações. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

CASTRO, Iná. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, Iná. E. de. O problema da escala. In. \_\_\_\_\_ Geografia: conceitos e temas. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DELGADO, Gilberto. C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965/1985. São Paulo: UNICAMP/ICONE, 1985.

DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

---

GIDDENS, Anthony. La constitution de la societ : elements de la théorie de la structuration. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

JEAN, Bruno. L s territories ruraux dans la modernité avanc e. Estudos – Sociedade e Agricultura, abril 2002/n. 18 p. 5-27

JOHSTON, R. J. Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945, (1  ed. em inglês em 1979), trad. Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: DIFEL, 1986 b.

KAGEYAMA, Angela. *et. al.* (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. da Costa; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C. Agricultura e políticas públicas (p.113 – 223). Brasília: Ipea, 1990.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceitos e aplica o ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MATTEI, Lauro. Novas dimensões sócioeconômicas do espaço rural brasileiro. Revista Econ mica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, no 1, jan-mar.

OSTROM, Elinor. Governing the commons. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PIETRAFESA, Emilia. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piaul. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: questões de método. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, 1, n. 1, p. 19-30, mar. 1982.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emo o. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

VEIGA, José E. da. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. F. F. da. Território e desenvolvimento local. Oeiras: Celta Editora, 2005.

Recebido em 15/01/2012 Aceito para publica�o em 28/12/2012.
--